

XII-116 – PANORAMA DAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES PELA FUNASA

Maria José do Carmo Sobrinha

Engenheira Ambiental e Engenheira de Segurança do Trabalho pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana, Sanitarista pela Faculdade Nobre, Aluna Especial do Mestrado em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente pela Universidade Estadual de Feira de Santana, BA e Técnico de Laboratório da Funasa.

Endereço⁽¹⁾: Rua Geminiano Costa, 173 – Centro, Feira de Santana - BA, CEP: 44025-070 - Brasil - Tel: (75) 3602-6863 - e-mail: maria.sobrinha@funasa.gov.br.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é conhecer o planejamento das ações estruturantes desenvolvidas no apoio técnico e financeiro para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico de acordo com o arcabouço legal, jurídico e institucional aos municípios com até 50 mil habitantes em todo território nacional. A metodologia usada para desenvolvimento deste trabalho foi realizada a partir do levantamento dos acordos firmados entre a **Funasa** e demais instituições governamentais no apoio técnico e financeiro aos gestores municipais em todo o país, a fim de proporcionar a capacitação e Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico nos municípios. Com o marco regulatório da Lei 11.445/2010 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, a **Funasa**, órgão responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento visa possibilitar a criação de mecanismos na gestão pública da infraestrutura dos municípios para atender a Política de Saneamento com um processo diferenciado estabelecendo parcerias entre órgãos federais, estaduais e municipais. Além da parceria com a ASSEMAE, que propôs a capacitação de técnicos e gestores públicos para atender à universalização dos serviços, devido à ausência desses quadros técnicos específicos nos municípios que vai da aplicação da Política, da Elaboração dos PMSB à prestação de serviços. Na conclusão destacam-se a importância do quantitativo de oficinas realizadas nas capacitações dos PMSB, dos consórcios, da gestão econômico-financeira e da redução de perdas e demais parcerias entre outros órgãos, elementos essenciais que confluem para uma boa gestão ambiental nos municípios entre outros desafios e caminhos a serem trilhados. As principais fontes de pesquisa deste trabalho foram derivadas de documentos publicados no site da **Funasa** e da ASSEMAE, além das referências bibliográficas da biblioteca eletrônica na sua *homepage*, entre outros arquivos disponibilizados na mídia digital.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação técnica, parcerias, PMSB e universalização dos serviços.

INTRODUÇÃO

A **Funasa**, instituição vinculada ao Ministério da Saúde, responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento visa possibilitar a criação de mecanismos na gestão pública da infraestrutura dos municípios, para atender a Política de Saneamento Básico para a promoção da saúde e contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com as linhas de atuação do Programa de Cooperação Técnica, a **Funasa** está atuando no apoio Técnico e financeiro à Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento (PMSB), no apoio à gestão e nas ações de Capacitação.

O objetivo desse trabalho é conhecer o planejamento das ações estruturantes desenvolvidas no apoio técnico e financeiro para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, de acordo com o arcabouço legal, jurídico e institucional aos municípios com até 50 mil habitantes em todo território nacional.

A cooperação técnica tem como objetivo capacitar os técnicos municipais, possibilitando a elaboração do PMSB em todos os municípios com até 50 mil habitantes, em atendimento o marco regulatório da Lei Nº. 11.445 de 5 de janeiro de 2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

De acordo com o Decreto Nº 8.211 de 21 de março de 2014:

Artigo 26, § 2º: “Após 31 de dezembro de 2015, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.” (NR) e Artigo 34, § 6º: “Após 31 de dezembro de 2014, será vedado o acesso aos recursos federais ou aos geridos ou administrados por órgão ou entidade da União, quando destinados a serviços de saneamento básico, àqueles titulares de serviços públicos de saneamento básico que não instituírem, por meio de legislação específica, o controle social realizado por órgão colegiado, nos termos do inciso IV do caput.” (NR).

Muito embora o Brasil esteja atualmente entre as 10 maiores economias do mundo, assumido a 6ª posição em 2011, a situação do saneamento no país, segundo estimativas do Centro de Pesquisas Econômicas e de Negócios – CEBR (CEBR, 2011), tal semelhança daquela verificada nos demais países da América Latina e Caribe. É evidente que no Brasil têm ocorrido avanços consideráveis nas questões de saneamento básico (IBGE, 2010), principalmente na última década, mas ainda há muito trabalho pela frente.

Tendo em vista, a desigualdade social existente no seio da sociedade brasileira reflete na desigualdade na prestação dos serviços públicos de saneamento básico. O acesso a esses serviços tornou-se uma questão fundamental, na busca da superação das desigualdades sociais e na promoção da saúde, sabendo-se que, as ações e projetos desenvolvidos na área de saneamento incidem diretamente nos índices de saúde pública da população.

Por outro lado, a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), organização não governamental sem fins lucrativos, traz ao longo de sua história, uma atuação permanente em defesa da universalidade do saneamento básico e melhoria na gestão pública. Atuando sempre em defesa da municipalidade, do fortalecimento da capacidade técnica, administrativa e financeira dos serviços de saneamento, incentivando e valorizando os gestores públicos e técnicos municipais, aonde efetivamente as políticas públicas se consolidam.

A **Funasa** buscou viabilizar a aplicação da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico com um processo diferenciado estabelecendo parcerias entre órgãos federais, estaduais e municipais, além da parceria com a ASSEMAE, para capacitar quadros estratégicos dos municípios a fim de atender a universalização dos serviços.

Segundo Brasil (2014), “Mais do que recursos financeiros, para se oferecer saneamento à totalidade dos brasileiros residentes nas áreas urbanas e rurais, é preciso suprir a carência generalizada da mão de obra qualificada em todas as etapas da cadeia produtiva do setor, desde a elaboração de projetos, execução e manutenção de obras e prestação de serviços.”

Nessa perspectiva, esta nova fase desafiadora do saneamento no Brasil, sendo o município, o maior protagonista na condição de titular dos serviços e responsável pelo planejamento, ficou o desafio de decidir a política e articulação governamental para atender com eficiência, eficácia e efetividade aos seus municípios.

Em tempos passados, o saneamento somente chegava aos centros urbanos, enquanto, a população da zona rural era desprovida ao acesso desses serviços, diferentemente da política na atualidade, que tem empenhado esforços para mudar esse quadro.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia usada para desenvolvimento deste trabalho foi realizada a partir do levantamento dos acordos firmados entre a **Funasa** e demais instituições governamentais de apoio técnico e financeiro aos gestores

municipais em todo o país, a fim de proporcionar a capacitação e Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico nos municípios com população até 50 mil habitantes. Além da parceria com a ASSEMAE, que propôs à capacitação de técnicos e gestores públicos para atender a universalização dos serviços, devido à

baixa ou ausência desses quadros técnicos específicos nos municípios que vai da aplicação da Política, da Elaboração dos PMSB à prestação de serviços.

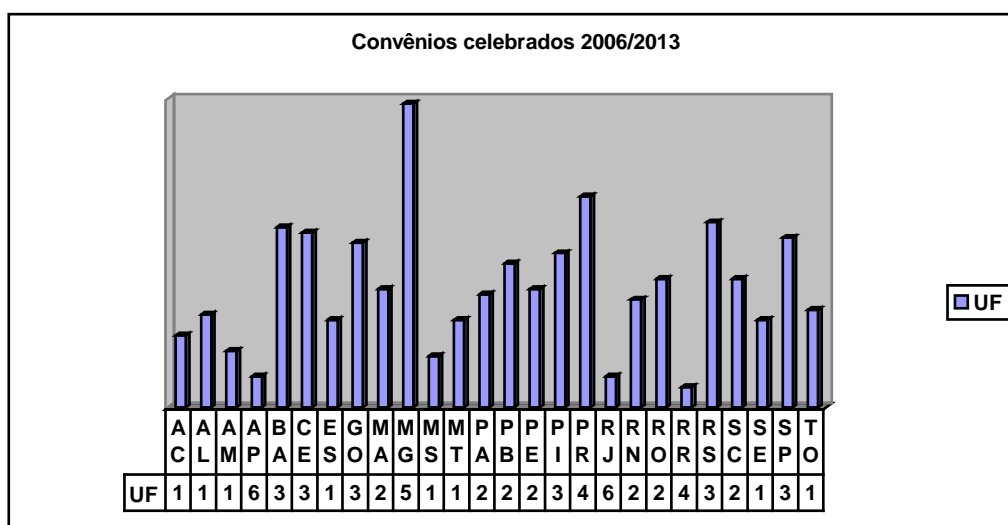
As principais fontes de pesquisa deste trabalho foram derivadas de documentos oficiais publicados nos sites da **Funasa** e da ASSEMAE, além de referências bibliográficas da biblioteca eletrônica na sua *homepage*, entre outros arquivos disponibilizados na mídia digital.

A **Funasa** organizou Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT) nos estados para acompanhar, monitorar e avaliar o processo de elaboração dos PMSB. Os NICT's são compostos por servidores da Divisão da Engenharia de Saúde Pública (DENSP) e do Serviço de Saúde Ambiental (SESAM), que por sua vez, acompanham o convênio durante toda a sua execução, dá apoio técnico nas oficinas e seminários, tem representação formal no Comitê de elaboração do PMSB, em caráter orientativo.

A partir de 2006, a **Funasa** tem lançado edital de chamamento através de Portarias para seleção de propostas para elaboração dos PMSB, acrescido em 2012 do Termo de Referência (TR) que trata de procedimentos relativos aos convênios de cooperação técnica e financeira da **Funasa** adequado para a elaboração do PMSB, e um orientativo para apoiar a elaboração do orçamento detalhado.

Além de informações para auxiliar o preenchimento das propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), pelo qual os proponentes submetem suas propostas para seleção e aprovação dos mesmos de acordo com os critérios de elegibilidade, sendo feita a seleção dos municípios é divulgada através de portaria e publicada no Diário Oficial da União.

De acordo com Nascimento (2014) entre os anos de 2006 e 2013, como ações estruturantes de apoio a gestão, ocorreu uma quantitativo de 596 de convênios celebrados para o financiamento do Plano de Saneamento Básico, conforme o Gráfico a seguir.



Fonte: COATS/CGCOT/DENSP

E, a quantidade de convênios formalizados por ano entre 2006 e 2012, foi totalizada em 606 convênios, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Convênios formalizados entre 2006/2012 por ano.

	ANO						
	2006	2007/2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
CONVÊNIOS	11	33	69	221	157	115	606

Fonte: COATS/CGCOT/DENSP.

Observou-se, que no momento inicial houve uma tímida participação de inscrição dos municípios para a seleção. Podendo-se atribuir entre outros fatores, a dificuldade dos municípios de portar de uma estrutura técnica capacitada para atender o edital, além da falta de interesse pelos gestores diante de um possível fim de mandato, em face o período eleitoral.

Nessa perspectiva, a **Funasa** em 2012 tomou a iniciativa para formar uma parceria de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) - MG em um processo diferenciado de capacitação em serviço de quadros municipais. Ficando a incumbência da Superintendência Estadual em seu estado de identificar potenciais entidades que poderiam atuar em conjunto com a Funasa na capacitação de municípios no estado.

De acordo com Nascimento (2014), a primeira parceria em âmbito estadual foi à celebração do Termo de Cooperação Nº 16/2012 entre a **Funasa** e o CREA/MG, seguida de outros acordos firmados com CREA's de outros estados e instituições governamentais e não governamentais, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Parcerias da Funasa para capacitação e elaboração de PMSB nos municípios por ano.

UF	Entidades Parceiras	2012	2013	2014	Total	R\$*
AP	Associação dos Municípios do Amapá	-	-	8		
BA	CREA/BA	-	50	-		
ES	Universidade Federal Fluminense	-	-	40		
GO	Universidade Federal de Goiás	-	-	100		
MA	Universidade Federal Fluminense	-	-	150		
MG	CREA/MG	100	-	-		
MT	Governo Estadual	-	-	117		
MS	CREA/MS, ASSOMASUL e Consórcios	-	61	-		
PI	Universidade Federal do Piauí	-	48	-		
RR	Universidade Federal do Roraima	-	-	15		
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	-	-	80		
SC	Fundação Educação de Criciúma - FUCRI	-	15	-		
SE	Instituto Federal de Sergipe	-	-	40		
13	TOTAL	100	174	550	824	51,09

Fonte: COATS/CGCOT/DENSP

Obs: *R\$ - Recursos Investidos em milhões.

Para tanto, a **Funasa** em parceria com a ASSEMAE de acordo com o Edital de Chamamento Nº 03 de 2011, formalizado o convênio em 2012, fez um acordo para capacitar técnicos e gestores dos municípios, além de técnicos da **Funasa** em todas as regiões geográficas do país. Com aulas presenciais e gratuitas, com 50 vagas ofertadas para cada curso. Com a estimativa de ministrar:

40 cursos de Política e Plano Municipal de Saneamento Básico,
14 cursos de Estruturação e Implementação de Consórcios Públicos de Saneamento,
5 cursos de Gestão Econômico-Financeira no setor de Saneamento e
5 cursos de Redução de Perdas em Sistema de Saneamento.

Sabendo-se que, as ações de capacitação técnica exercem um papel fundamental para o desenvolvimento sustentável do saneamento básico e se tornam também essencial para na promoção do desenvolvimento institucional dos prestadores públicos de serviços de saneamento.

De acordo com a ASSEMAE, o cronograma dos cursos realizados em parceria com a **Funasa** no período de novembro de 2013 a março de 2015, esses números ultrapassaram aos números estimados inicialmente, em todos os cursos, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Cursos realizados através do Convênio Funasa/ASSEMAE por ano.

ANO	Curso			
	Política e Plano Municipal de Saneamento	Estruturação e Implementação de Consórcios Públicos de Saneamento	Gestão Econômico-financeira	Redução e Perdas em Sistema de Saneamento
2012	03	03	02	02
2013	36*	11	03	03
2014	09	03	01	01
2015	01	-	-	-
TOTAL	48	17	06	06

Fonte: ASSEMAE

Obs: * Um (1) Curso ministrado de Resíduos Sólidos em Belo Horizonte.

De modo geral, o resultado dos quatro convênios de capacitação da **Funasa** com a ASSEMAE foram realizados 77 oficinas e cursos, com a inscrição de 7.496 pessoas e representação de 1.471 municípios brasileiros., conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Resultado em números dos quatro convênios da Funasa/ASSEMAE de 2011.

CURSO	Quantidade	Período	Inscrições	Municípios participantes
Política e Plano Municipal de Saneamento	48	Nov/2012 a Mar/2015	4.839	1.017
Estruturação e Implementação de Consórcios Públicos de Saneamento	17	Nov/2012 a Mai/2014	1.617	282
Gestão Econômico-financeira	06	Nov/2012 a Mar/2014	488	105
Redução e Perdas em Sistema de Saneamento	06	Nov/2012 a Mar/2014	522	67
TOTAL	77	Nov12/Mar15	7.496	1.471

Fonte: ASSEMAE

Para os Planos Municipais de Saneamento Básico das 4.839 inscrições, foram capacitados 2.127 entre gestores e técnicos, dos 1.017 municípios participantes.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS

- Disponibilização de recursos financeiros para o financiamento para o apoio do PMSB;
- Ampliar o numero de parcerias entre órgãos federais, estaduais e municipais para a capacitação de quadros estratégicos para a elaboração do PMSB;
- Promover a formação de multiplicadores que atuem em rede microrregional;
- Apoiar os municípios na elaboração de PMSB
- A participação efetiva da população em todas as fases do PMSB
- Conhecer a situação atual, produção e disponibilização dos dados
- Mobilização social – engajamento/comprometimento
- Ações de Sustentabilidade permanente
- Atendimento de toda a população nos 4 eixos temáticos da Política de Saneamento

Espera-se que, com a implementação dos PMSB, as populações possam superar os problemas de insalubridade ambiental e conseqüentemente, a promoção de qualidade de vida em todos os municípios brasileiros.

CONCLUSÕES

Conclui-se, que não têm faltado esforços por parte da **Funasa** para superar as desigualdades sociais, no tocante, a universalização ao acesso dos serviços de saneamento básico em todos os municípios brasileiros com até 50 mil habitantes, apoiando e subsidiando os entes federativos.

Que a capacitação é um elemento essencial, para a atuação dos gestores como titulares dos serviços, para o fortalecimento dos quadros técnicos municipais como agentes integrantes no processo de transformação, para os prestadores de serviços que vão atuar diretamente nas ações de implantação e/ou melhorias dos serviços nos municípios e para o fortalecimento da própria instituição com a capacitação do seu quadro técnico atuante.

A participação dos gestores, dos técnicos municipais, e prestadores de serviços públicos de saneamento, empresas privadas, entre outros participantes, nas oficinas realizadas de capacitação dos PMSB, nos cursos de consórcios públicos de saneamento, gestão econômico-financeira e redução de perdas; para formação técnica e de multiplicadores, será de grande valia para os avanços no tocante as ações de saneamento básico. Sendo elementos essenciais que confluem para uma boa gestão ambiental nos municípios.

Nota-se, que os números de oficinas realizadas versus o numero de multiplicadores capacitados representa um quantitativo considerável. Mas, ainda são muitos os desafios para atingir todo território nacional com a universalização dos serviços de saneamento. Não impossível de serem alcançados, restando um árduo e longo caminho a ser trilhado para mudar essa triste realidade.

Segundo a ASSEMAE (2015): *“Devido ao bom resultado dos convênios entre Assemae e Funasa, já existe um novo acordo assinado para cursos de Criação e Estruturação de Serviços Municipais e Intermunicipais de Saneamento Básico. O convênio tem valor de R\$ 1.736.344,84, com a previsão de 20 oficinas em todas as regiões do país. A expectativa é iniciar as atividades ainda esse ano.”*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **Assemae capacita municípios para gestão de saneamento básico.** 2015. Disponível em: <<http://www.assemae.org.br/noticias/item/393-assemae-capacita-municipios-para-gestao-do-saneamento>>. Acesso em: 08 mai. 2015.
2. BRASIL. **Lei Nº 11.445, DE 5 de Janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes para o saneamento básico. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 21 abr. 2015.
3. BRASIL. **Decreto Nº 8.211 de 21 de março de 2014.** Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8211.htm> . Acesso em: 21 abr. 2015.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política e plano municipal de saneamento básico: convênio Funasa/Assemae.** Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. 2. ed. – Brasília: funasa, 2014. 188.p.
5. **Calendário da oficina de Política e Plano Municipal de Saneamento Básico.** Disponível em: <http://www.assemaecursos.org.br/curso-politica-e-plano-municipal-de-saneamento> Acesso: em: 21 abr. 2015.
6. **Calendário do curso de estruturação e implementação de Consórcios Públicos de Saneamento.** Disponível em: <<http://www.assemaecursos.org.br/estruturacao-implementacao-consorcios-publicos-Saneamento>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
7. **Calendário do curso de Gestão Econômico-Financeira no Setor de Saneamento.** Disponível em: <<http://www.assemaecursos.org.br/gestao-economico-financeira-no-setor-de-saneamento>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
8. **Calendário do curso de Redução de Perdas em Sistemas de Saneamento.** Disponível em: <<http://www.assemaecursos.org.br/noticias-reducao-de-perdas?start=25>>. Acesso em: 21.ABR.2015.
9. CEBR. Centre for Economics and business Research. **Most rich countries in 2011.** 2011. Disponível em: <www.cebr.com>. Acesso em: 21 abr. 2015.

10. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.Censo.2010..ibge.gov.br>> . Acesso em: 21 abr. 2015
11. NASCIMENTO. N. S. **Avaliação do processo de elaboração dos planos municipais de saneamento básico**. Seminário sobre planejamento e gestão territorial do saneamento ambiental. 17 de setembro de 2014. Disponível em: <http://conlagos.org.br/wa_files/NEILTON_20FUNASA_20Semin_C3_A1rio_20sobre_20planejamento_20e_20gest_C3_A3o_20territorial_20do_20sane.pdf> Acesso em: 02 mai. 2015.
12. **Outras notas sitiadadas:** <www.funasa.gov.br/noticias> e <<http://www.assemae.org.br/noticias>>

“Um sonho sonhado sozinho é um sonho. Um sonho sonhado junto é realidade.” *Raul Seixas*.